



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 11ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 05.09.2016

Aos 05 dias do mês de setembro de 2016, compareceu à sede da 11ª Vara Trabalho de Porto Alegre o Excelentíssimo Senhor MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004721-03.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Titular Roberto Antonio Carvalho Zonta, pela Diretora de Secretaria Adriana Kirsch Trojahn e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 08.03.1971

Data da última correição realizada: 15.10.2015

Data de Implantação do PJe: 23.09.2013

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 05.09.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

1.2 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Roberto Antonio Carvalho Zonta	Juiz Titular	Desde 13.03.2002
Rafaela Duarte Costa	Juíza Substituta lotada	Desde 07.01.2016

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 01.09.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a 11ª Vara Trabalho de Porto Alegre pertence à 24ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 1 Juiz Substituto, ocupada pela Juíza Rafaela Duarte Costa.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Roberto Antonio Carvalho Zonta	Desde 13.03.2002	Juiz Titular	14 anos, 05 meses e 23 dias
2	Giovani Martins de Oliveira	10.11.2014 a 16.08.2015	Juiz Substituto lotado	09 meses e 07 dias
		20.12.2014 a 06.01.2015	Atuou em razão do Juiz Titular estar convocado para atuar no TRT (sem pauta-recesso)	18 dias
		07.01 a 05.02.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	30 dias
		06.02 a 12.04.2015	Atuou em razão do Juiz Titular estar convocado para atuar no TRT	02 meses e 07 dias
		30.04 a 28.05.2015	Atuou em razão do Juiz Titular estar convocado para atuar no TRT	29 dias
		08.06 a 20.07.2015	Atuou em razão do Juiz Titular estar convocado para atuar no TRT	01 mês e 13 dias
		21.07 a 12.08.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	23 dias
		13.08 a 16.08.2015	Atuou em razão do Juiz Titular estar convocado para atuar no TRT	04 dias
3	Rodrigo Machado Jahn (Juiz do Trabalho Substituto)	07.01 a 12.04.2015	Atuou em razão do Juiz Substituto encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	03 meses e 06 dias
		13.04 a 29.04.2015	Atuou em razão do Juiz Titular estar convocado para atuar no TRT	17 dias
		30.05 a 07.06.2015	Atuou em razão do Juiz Titular estar convocado para atuar no TRT	09 dias
		08.06 a 16.08.2015	Atuou em razão do Juiz Substituto encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	02 meses e 09 dias
		16.09 a 14.10.2015	Atuou em razão do Juiz Substituto encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	29 dias
		15.10 a 15.11.2015	Atuou em razão do Juiz Titular estar convocado para atuar no TRT	32 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		16.11 a 22.11.2015	Atuou em razão do Juiz Substituto encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	07 dias
		23.11 a 11.12.2015	Atuou em razão do Juiz Titular estar convocado para atuar no TRT(período de 30.11 a 06.12.15 acumulou J1 e J2)	19 dias
		14.12 a 18.12.2015	Atuou em razão da lotação da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	05 dias
4	Edenir Barbosa Domingos (Juiz do Trabalho Substituto)	17.08 a 07.09.2015	Atuou em razão do Juiz Titular estar convocado para atuar no TRT	22 dias
5	Bárbara Schönhofen Garcia	08.09 a 06.12.2015	Juíza Substituta lotada	02 meses e 29 dias
6	Gustavo Pusch (Juiz do Trabalho Substituto)	23.11 a 29.11	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada (Bárbara Schönhofen Garcia) estar atuando em outra Unidade Judiciária (Palmeira das Missões);	07 dias
		07.12 a 11.12.2015	Atuou em razão da lotação da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	05 dias
7	Rafaela Duarte Costa	Desde 07.01.2016	Juíza Substituta lotada	07 meses e 29 dias
		10.02.2016	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	01 dias
		12.02 a 10.03.2016	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	29 dias
		18.07 a 31.07.2016	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	14 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 01.09.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correcionado

Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total em Dias
Roberto Antonio Carvalho Zonta	Convocação para atuar no TRT	20.12.14 a 06.01.15	18
	Férias	07.01 a 05.02.15	30



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Titular		Convocação para atuar no TRT	06.02 a 20.07.15	165
		Férias	21.07 a 12.08.15	23
		Convocação para atuar no TRT	13.08 a 11.12.15	121
		Férias	10.02 a 10.03.16	30
		Férias	18.07 a 31.07.16	14
Juiz Substituto lotado na Unidade Judiciária de 10.11.14 a 16.08.15	Giovani Martins de Oliveira	Férias	13.04 a 29.04.15	17
		Férias	29.05 a 07.06.15	10
Juíza Substituta lotada na Unidade Judiciária de 08.09.15 a 06.12.15	Bárbara Schönhofen Garcia	Férias	15.10 a 23.10.15	09
		Férias	26.10 a 15.11.2015	21
Juíza Substituta lotada desde 07.01.16	Rafaela Duarte Costa	Licença para tratamento de saúde – LTS	11.02.16	01
		Licença para tratamento de saúde – LTS	26.04 e 27.04.2016	02
		Férias	30.05 a 28.06.16	30
		Férias	05.09 a 04.10.16	30

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 01.09.2016)

1.3 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Adriana Kirsch Trojahn	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor(a) de Secretaria (CJ3)	16.03.2006
2	Kezia Borba Borges	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	14.12.2015
-	Jardel John	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	07.01.2016
3	Maria Ilda dos Santos Cezar	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	16.03.2006



4	Mauricio Corte	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Secretário(a) de Audiência (FC03)	07.07.2010
5	Alan Santana Silva	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Secretário(a) de Audiência (FC03)	28.11.2011
6	Cristian Dias Birk	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente FC02	12.06.2007
7	Isabel Hruschka Rodrigues Azevedo	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente FC02	02.03.2015
8	Camila da Gama Ettrich	Analista Judiciário – Área Judiciária	-	14.12.2015
9	Cristina Martinez Cauduro Dreyssig	Analista Judiciário – Área Administrativa	-	18.02.2008
10	Enildo Garra Ritta	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	14.07.1997
11	Hilara Emilia Machado do Valle Per	Analista Judiciário – Área Judiciária	-	21.02.2007
Exc	Edson Seffner*	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	11.11.1993

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.08.2016)

* Servidor classificado como “excedente” pela SEGESP

Obs. Entrada prevista do servidor Eduardo Guterres Felin que atualmente está lotado na 17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.661,33	1.501 a 2.000	11 servidores	13 a 14 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto



na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre **está abaixo** dos parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Adriana Kirsch Trojahn	Curso ou Evento (CURS)	04	08
	Curso Parcial	01	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	02	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
Kezia Borba Borges Desde 14.12.2015*	-	-	-
Jardel John Desde 07.01.2016*	-	-	-
Maria Ilda dos Santos Cezar	Curso ou Evento (CURS)	04	13
	Falecimento de Pessoa da Família (FALC)	08	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
Mauricio Corte	-	-	-
Alan Santana Silva	-	-	-
Cristian Dias Birk	-	-	-
Isabel Hruschka Rodrigues Azevedo Desde 02.03.2015*	Curso ou Evento (CURS)	01	203
	Curso Parcial	04	
	Licença-Gestante (LG)	120	
	Licença-Gestante Prorrogação (LG)	60	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	17	
	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	01	
Camila da Gama Ettrich Desde 14.12.2015*	-	-	-
Cristina Martinez Cauduro Dreyssig	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	05	05
Enildo Garra Ritta	-	-	-



Hilara Emilia Machado do Valle Per	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	01
Edson Seffner*	Dispensa Médica (DM)	04	23
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	02	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	17	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.08.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

**A servidora Kezia Borba Borges já esteve lotada na Unidade no período de 07.10.2013 a 05.04.2015

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na 11ª Vara do Trabalho, houve limitação de expediente externo ao horário das 11h às 15h, mantidos os prazos processuais e a realização de audiências, no período de 15.06 a 21.09, totalizando 03 meses de adesão à greve pelos servidores conforme as Portarias nºs 01/2015 e 02/2015, expedidas pelo Juiz do Trabalho Substituto Giovani Martins de Oliveira e pela Juíza do Trabalho Substituta Bárbara Schonhofen Garcia, respectivamente.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Ernani Angelim Costa	04.06.2007	14.07.2016	09 anos, 01 mês, 11 dias	Aposentadoria
2	Evandro De Araujo Menine*	08.09.2015	17.12.2015	03 meses e 10 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões – Assistente de Juiz Titular (FC05)
3	Kezia Borba Borges	07.10.2013	05.04.2015	01 ano, 05 meses e 29 dias	Lotação no Gab. Des. José Felipe Ledur – Assistente de gabinete (FC05)
4	Luciane Hubner Ciocari	28.04.2015	22.09.2015	04 meses e 25 dias	Lotação no Gab. Des.



					Juraci Galvão Jr.
6	Marcia Dias Tavares	10.05.2012	10.05.2016	04 anos e 01 dia	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul-Assistente FC02
7	Virginia Isabel De Campos Cypriano	18.02.1998	19.01.2015	16 anos, 11 meses e 02 dias	Aposentadoria

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.08.2016)

* O servidor ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

** A servidora já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada

2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Wanessa Souza da Rosa	Superior em Direito	13.10.2015 a 12.10.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.08.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL *

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 11ª Vara Trabalho de Porto Alegre foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.501 a 2.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.501 a 2.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Canoas - 05a Vara	1.413	1.512	1.598	1.507,67
Caxias do Sul - 01a Vara	1.623	1.864	2.108	1.865,00
Caxias do Sul - 02a Vara	1.604	1.870	2.023	1.832,33
Caxias do Sul - 03a Vara	1.627	1.883	2.077	1.862,33



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Caxias do Sul - 04a Vara	1.582	1.861	2.059	1.834,00
Caxias do Sul - 05a Vara	1.611	1.846	2.063	1.840,00
Guaíba - 01a Vara	2.407	1.414	1.918	1.913,00
Porto Alegre - 01a Vara	1.514	1.627	1.710	1.617,00
Porto Alegre - 02a Vara	1.503	1.611	1.713	1.609,00
Porto Alegre - 03a Vara	1.512	1.595	1.727	1.611,33
Porto Alegre - 04a Vara	1.533	1.558	1.782	1.624,33
Porto Alegre - 05a Vara	1.511	1.618	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 06a Vara	1.495	1.602	1.744	1.613,67
Porto Alegre - 07a Vara	1.515	1.567	1.732	1.604,67
Porto Alegre - 08a Vara	1.518	1.574	1.684	1.592,00
Porto Alegre - 09a Vara	1.531	1.589	1.761	1.627,00
Porto Alegre - 10a Vara	1.511	1.625	1.714	1.616,67
Porto Alegre – 11ª Vara	1.520	1.688	1.776	1.661,33
Porto Alegre - 12a Vara	1.518	1.594	1.726	1.612,67
Porto Alegre - 13a Vara	1.523	1.597	1.679	1.599,67
Porto Alegre - 14a Vara	1.528	1.584	1.728	1.613,33
Porto Alegre - 15a Vara	1.499	1.643	1.779	1.640,33
Porto Alegre - 16a Vara	1.541	1.635	1.791	1.655,67
Porto Alegre - 17a Vara	1.532	1.597	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 19a Vara	1.508	1.598	1.704	1.603,33
Porto Alegre - 20a Vara	1.534	1.592	1.710	1.612,00
Porto Alegre - 21a Vara	1.494	1.658	1.691	1.614,33
Porto Alegre - 22a Vara	1.505	1.568	1.727	1.600,00
Porto Alegre - 23a Vara	1.519	1.666	1.779	1.654,67
Porto Alegre - 24a Vara	1.527	1.599	1.702	1.609,33
Porto Alegre - 25a Vara	1.511	1.612	1.759	1.627,33
Porto Alegre - 26a Vara	1.522	1.592	1.784	1.632,67
Porto Alegre - 27a Vara	1.500	1.593	1.763	1.618,67
Porto Alegre - 28a Vara	1.516	1.586	1.711	1.604,33
Porto Alegre - 29a Vara	1.509	1.705	1.745	1.653,00
São Leopoldo - 01a Vara	1.573	1.935	1.970	1.826,00
São Leopoldo - 02a Vara	1.561	1.935	1.978	1.824,67



São Leopoldo - 03a Vara	1.571	1.959	1.956	1.828,67
São Leopoldo - 04a Vara	1.538	1.984	1.969	1.830,33
Torres - 01a Vara	1.534	1.752	1.659	1.648,33
Viamão - 01a Vara	1.483	1.577	1.837	1.632,33

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015- 2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.443	2.624	7,41%	2.950	12,42%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	239	204	-14,64%	172	-15,69%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.641	1.563	-4,75%	1.612	3,13%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	37	45	21,62%	29	-35,56%
Total	4.360	4.436	1,74%	4.763	7,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

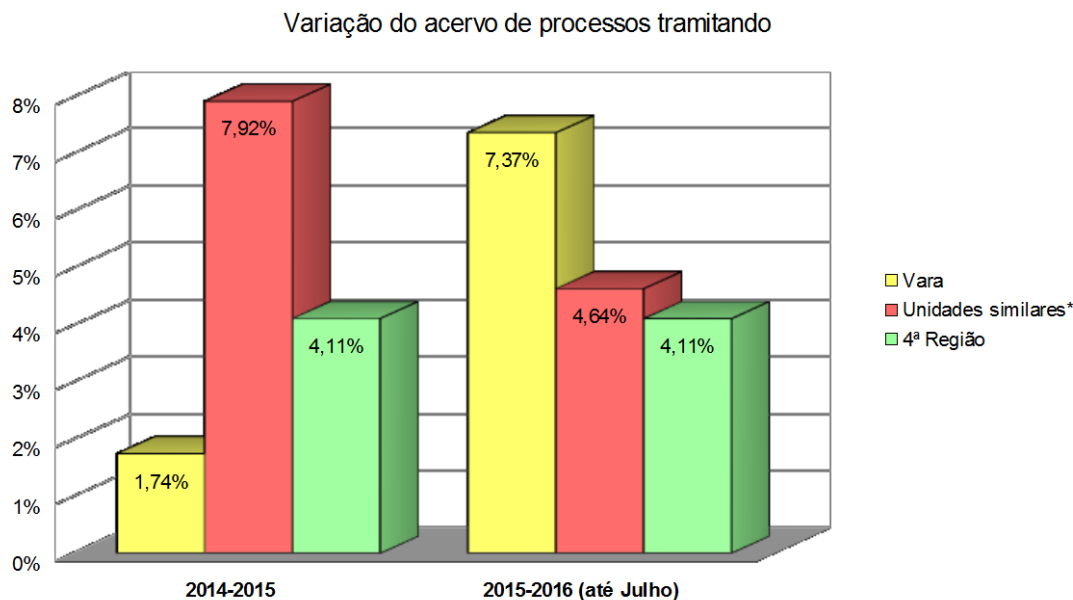
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 1,74% de processos tramitando na Unidade Judiciária (76 processos). Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 181 processos); o acervo dos processos nas fases de liquidação e execução diminuiu.

A variação do acervo de processos na 11ª Vara Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi menor que a apresentada pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que avançou 7,92%, e pela média de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% no número de processos em tramitação. Entretanto, no período de janeiro a julho de 2016, o estoque de processos tramitando na unidade avançou 7,37%, índice



acima da média das Unidades similares e da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.688	1.776	5,21%	1.103	-37,89%
Sentenças anuladas/reformadas	14	10	-28,57%	2	-80,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.169	1.678	43,54%	660	-60,67%
Processos pendentes de solução	1.282	1.291	0,70%	1.710	32,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

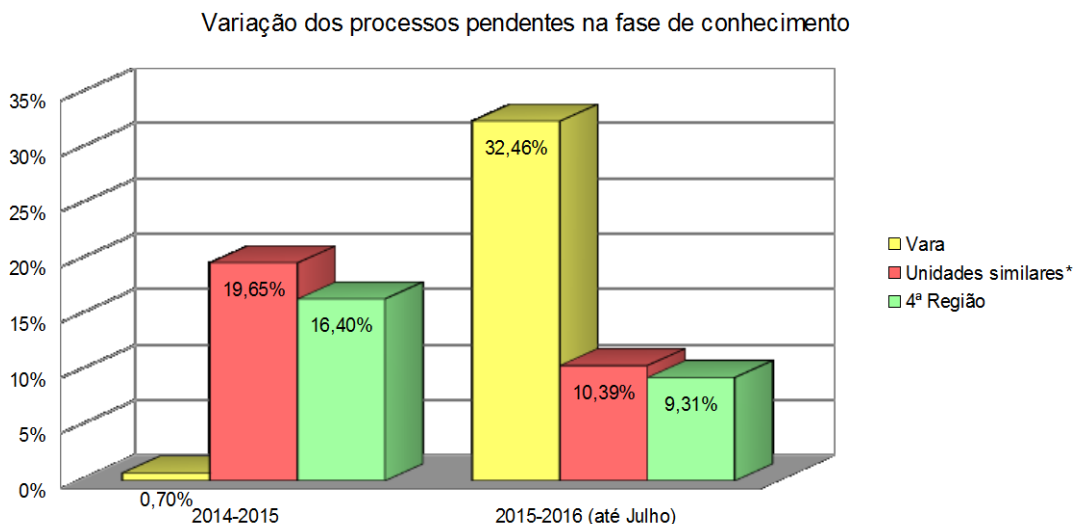
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 0,7% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (aumento de 9 processos). Referido aumento foi inferior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 19,66% em seus processos pendentes), e à média de todo o regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%).

Outrossim, os dados de janeiro a julho de 2016 apontam aumento de 32,46% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi superior tanto à média das unidades com tramitação processual similar



(10,39%), quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016 (9,31%), conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (64,6%). Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve redução em 94,41% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, o qual, todavia, aumentou em 1.887,5% em 2016. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	362	353	-2,49%	396	12,18%
Aguardando encerramento da instrução	703	834	18,63%	1.028	23,26%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	74	96	29,73%	127	32,29%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	143	8	-94,41%	159	1887,50%
TOTAL	1.282	1.291	0,70%	1.710	32,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 11ª Vara	69,25%	94,48%	36,43%	59,84%	-36,67%
Unidades similares*	84,08%	87,00%	3,47%	88,07%	1,23%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,32%	0,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 94,48% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 36,43% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 7,48 e 5,37 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até31.07)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 11ª Vara	42,26%	54,87%	29,84%	27,57%	-49,76%
Unidades similares*	53,68%	53,42%	-0,49%	40,31%	-24,53%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	42,14%	-23,67%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados 11ª Vara Trabalho de Porto Alegre foi de 54,87% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 29,84% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou a média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 1,46 pontos percentuais mas foi superado pela média de toda a 4ª Região em 0,33 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	358	30,62	599	35,7	295	44,7
	Julgado procedente	25	2,14	63	3,75	23	3,48
	Julgado procedente em parte	506	43,28	658	39,21	192	29,09
	Julgado improcedente	117	10,01	144	8,58	37	5,61
	Extinto	5	0,43	4	0,24	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.011	86,48	1.468	87,49	547	82,88



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Sem exame de mérito	Extinto	36	3,08	39	2,32	11	1,67
	Arquivamento (art. 844 CLT)	92	7,87	127	7,57	62	9,39
	Desistência	29	2,48	43	2,56	20	3,03
	Outras decisões	1	0,09	1	0,06	20	3,03
	SUBTOTAL	158	13,52	210	12,51	113	17,12
TOTAL		1.169	100	1.678	100	660	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

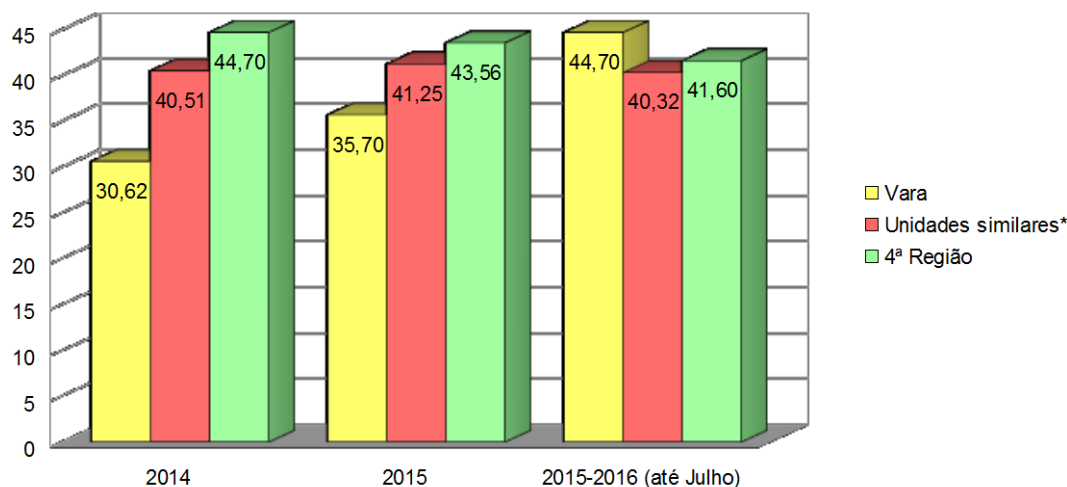
Verificou-se aumento de 509 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 43,54%. Essa elevação destoa, positivamente, das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação média de 11,49% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014) e da média de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,19% no número de processos solucionados.

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 653 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 869 decisões, representando um aumento de 33,08%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, que alcançou 6,86%, bem como da média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que avançou 7,56%.

Ademais, a análise do quadro acima demonstra aumento do número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 358, representando 30,62% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 599, correspondendo a 35,7% das soluções na fase de conhecimento – índice inferior, entretanto, à média das unidades similares à correccionada, que foi de 41,25%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue. Por fim, constata-se que entre janeiro e julho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 44,7%, resultado acima da média das unidades com movimentação similar e da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Iniciadas	488	545	11,68%	282	-48,26%
Encerradas	405	533	31,60%	309	-42,03%
Pendentes	236	202	-14,41%	165	-18,32%
Arquivo Provisório	11	7	-36,36%	8	14,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 236, em 2014, para 202, em 2015, importando em uma queda de 14,41%. Esse percentual foi qualitativamente superior à média das demais unidades com tramitação processual similar e à média geral do TRT, que apresentaram acréscimo de 0,34% e 5,88%, respectivamente, no número de processos pendentes na fase de liquidação. O principal motivo dessa redução foi o aumento das liquidações encerradas em 2015 (31,6%).

De janeiro a julho de 2016, houve recuo de 37 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a uma queda de 18,32%, índice superior ao das unidades similares à correccionada, que foi de redução de 5,06%, e à média regional de 2015, que foi de redução de 4,99%, conforme explicitado na tabela que segue:



Variação dos processos pendentes na fase de liquidação		
	2014-2015	2015-2016 (até 31.07)
Porto Alegre – 11ª Vara	-14,41%	-18,32%
Unidades similares*	0,34%	-5,06%
TRT4 - 1ª Instância	5,88%	-4,99%

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 11ª Vara	82,99%	97,80%	17,84%	109,57%	12,04%
Unidades similares*	89,91%	88,77%	-1,27%	91,96%	3,59%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	93,01%	5,17%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 97,8% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 17,84% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 9,03 e 9,37 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 11ª Vara	59,65%	68,25%	14,42%	63,84%	-6,45%
Unidades similares*	54,99%	53,55%	-2,62%	45,41%	-15,20%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	45,97%	-15,36%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 11ª Vara Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 68,25% do número total de liquidações a encerrar – resultado 14,42% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 14,7 e 13,93 pontos percentuais, respectivamente.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO



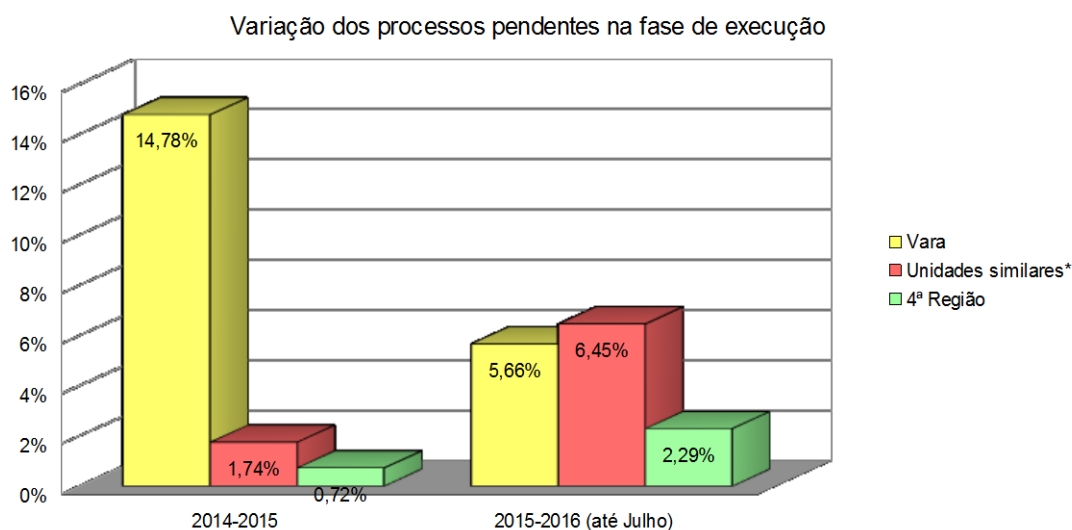
3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Entrada	Iniciadas	495	639	29,09%	363	-43,19%
	Desarquivadas para prosseguimento	926	435	-53,02%	39	-91,03%
Saídas	Encerradas	536	531	-0,93%	199	-62,52%
	Arquivadas Provisoriamente	133	101	-24,06%	58	-42,57%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	19	19	0,00%	19	0,00%
	Demais	705	812	15,18%	859	5,79%
	Total	724	831	14,78%	878	5,66%
Saldo no arquivo Provisório		1.406	1.059	-24,68%	1.077	1,70%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 11ª Vara Trabalho de Porto Alegre subiu de 724 para 831 processos, o que corresponde a um aumento de 14,78% em relação ao ano anterior. Ainda que o número de processos pendentes na fase de execução tenha aumentado nas unidades similares e em todo o TRT, o aumento verificado na unidade correccionada foi bastante superior a eles: 1,74% e 0,72%, respectivamente. O principal fator a contribuir para tal elevação foi o aumento de 29,09% no número de execuções iniciadas na Unidade em 2015.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a julho de 2016 apontam aumento de 5,66% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado mais próximo do aumento verificado nas varas de porte semelhante (6,45%) e em todo o regional no mesmo período (2,29%).





3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 11ª Vara	108,28%	83,10%	-23,26%	54,82%	-34,03%
Unidades similares*	92,88%	78,62%	-15,36%	58,52%	-25,56%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	70,07%	-12,45%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 83,1% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 23,26% em relação ao índice do ano anterior. No entanto, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 4,48 e 3,06 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 11ª Vara	15,42%	19,18%	24,40%	8,83%	-53,94%
Unidades similares*	15,50%	15,81%	1,99%	8,97%	-43,26%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	10,23%	-33,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas 11ª Vara Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 19,18% do número total de execuções a encerrar – resultado 24,4% maior que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 3,37 e 3,79 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	218	116	-46,79%	94	-18,97%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Processos com exclusão de devedor no BNDT	107	107	0,00%	44	-58,88%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.722	1.715	-0,41%	1.749	1,98%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2015 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.07.2016. Dessa consulta, foram constatados **diversos processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, conforme relação abaixo, por amostragem:

1	Processo nº 0000162-72.2013.5.04.0011
Em 14-3-2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 16-3-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Cafeteria e Minimercado LC Ltda., Carlos Alberto Quadri e Camila Costa Ruperti, permanecem inscritas junto ao BNDT, todas atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
2	Processo nº 0000278-15.2012.5.04.0011
Em 23-8-2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 5-10-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Neiva Luci Bitencourt Sandin ME, Sandin e Pacheco Ltda. e Raquel Sandin Dias Laurindo permanecem inscritas junto ao BNDT, todas atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
3	Processo nº 0000310-20.2012.5.04.0011
Em 3-6-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Sociedade de Educação Ritter dos Reis permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.	
4	Processo nº 0000436-36.2013.5.04.0011
Em 20-10-2014 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, o executado Centro dos Funcionários do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul permanece inscrito junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
5	Processo nº 0000660-71.2013.5.04.0011



Em 2-7-2014 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Satnit do Brasil Consultoria Empresarial e Zoé Domingues de Freitas e Castro permanecem inscritas junto ao BNDT, ambas atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

6 **Processo nº 0000755-09.2010.5.04.0011**

Em 11-3-2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 16-3-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Rodrigo Noschang Barreto - M.E. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

7 **Processo nº 0000793-84.2011.5.04.0011**

Em 29-9-2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 8-1-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Localiza Rent a Car S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

8 **Processo nº 0009300-39.2008.5.04.0011**

Em 25-11-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Correio Brigadiano Editora Jornalística Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

9 **Processo nº 0000954-60.2012.5.04.0011**

Em 17-2-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Confiança Transporte e Turismo Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

10 **Processo nº 0001128-06.2011.5.04.0011**

Em 7-3-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada WMS Supermercados do Brasil Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 31.07.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.07)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
Embargos de declaração	340	327	73	320	367	50	109	128	26
*Antecipações de tutela	172	44	108	174	75	156	131	97	69



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Impugnações à sentença de liquidação	46	72	11	72	88	23	101	59	67
Embargos à execução	138	137	53	179	164	68	159	113	113
Embargos à arrematação	0	0	0	2	2	0	1	1	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	1	0	1	0	0	1
Exceções de pré-executividade	7	8	11	9	14	8	6	6	8
TOTAL	703	588	256	757	710	306	507	404	284

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

*A lista de processos com antecipação de tutela pendentes de solução está anexada ao final deste relatório (Anexo 01).

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 757 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 7,68% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 20,75% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 588 para 710. O número total de incidentes processuais pendentes de decisão era de 256 processos em 31.12.2014 e de 306 em 31.12.2015. Destaca-se, por fim, que, em 31.07.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 284 processos, saldo 7,2% inferior ao do final do período anterior. Os embargos à execução eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes ainda pendentes (39,79%).

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

1

Processo nº 0020081-42.2016.5.04.0011

Situação processual: apresentado pedido de **antecipação dos efeitos da tutela** junto com a petição inicial, em 22-1-2016, este foi apreciado e indeferido em 25-1-2016, por meio de despacho de mero expediente. Diante disso, sem que tenha sido dada a específica solução ao incidente processual, qual seja, “Não concedida antecipação de tutela (nome da parte)”, permanece a pendência junto ao sistema E-Gestão.

1

Processo nº 0020614-35.2015.5.04.0011

Situação processual: Em 7-12-2015, a reclamada interpôs recurso ordinário erroneamente nominados como **Embargos Declaratórios**. Os autos foram feitos conclusos e, constatada a incorreção, foi encerrada a conclusão. No entanto, não tendo sido dada a solução adequada do incidente no sistema, este permanece pendente, até a presente data, no sistema E-Gestão.



2

Processo nº 0001410-44.2011.5.04.0011

Situação processual: Em 31-8-2015 foram opostos **Embargos à Execução**, que não foram recebidos, em razão da ausência de garantia do juízo. Em 5-10-2015, foi protocolada petição de acordo, o qual restou homologado pelo Juízo em 8-10-2015. Apesar de ter restado prejudicado o incidente processual apresentado pela reclamada, não foi dada a específica conclusão e solução ao incidente, permanecendo a pendência junto ao sistema E-Gestão.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.09.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

Registre-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	102,25	166,77	63,10%	114,64	-31,26%
	Média Ordinário	320,09	317,17	-0,91%	258,42	-18,52%
	Média Geral	300,62	301,25	0,21%	240,42	-20,19%

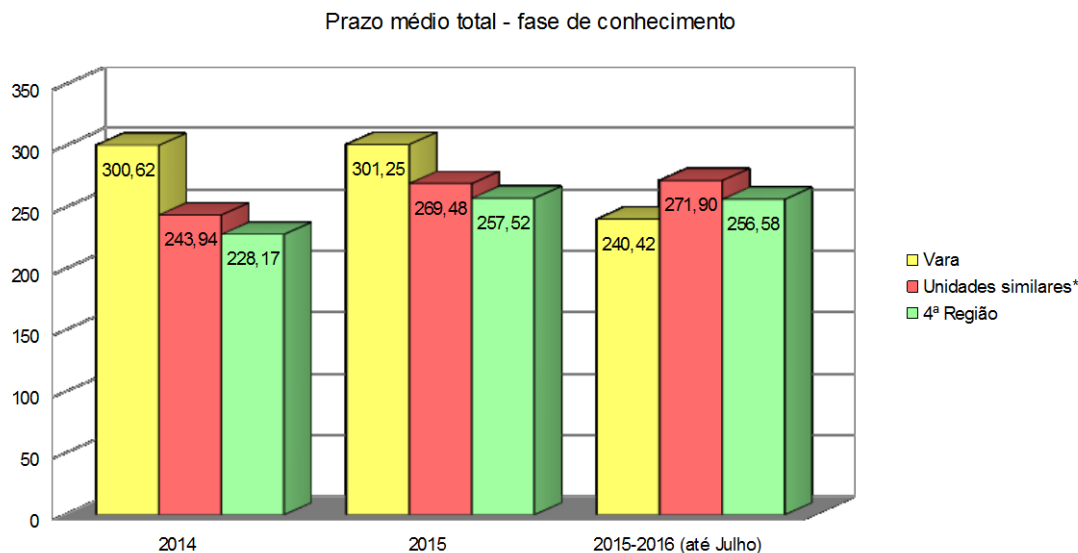
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 11ª Vara Trabalho de Porto Alegre apresentou uma elevação de 0,21%, passando de 300,62 para 301,25 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 63,10% em relação à média do ano anterior, passando de 102,55 para 166,77 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 317,17 dias, 0,91% mais célere na comparação com 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e julho de 2016 apontam uma queda de 20,19% no prazo médio geral de tramitação na fase de conhecimento.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 11,79% maior (31,76 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 16,98% maior (43,73 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4, reduzindo as diferenças verificadas no ano de 2014. Todavia, os dados de janeiro a julho de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento



foi 11,58% menor (31,48 dias) que o das demais Unidades Similares e 6,3% menor que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	92,12	95,56	3,73%	78,71	-17,63%
	Média Ordinário	162,04	155,04	-4,32%	178,68	15,25%
	Média Geral	156,14	150,82	-3,41%	173,76	15,21%

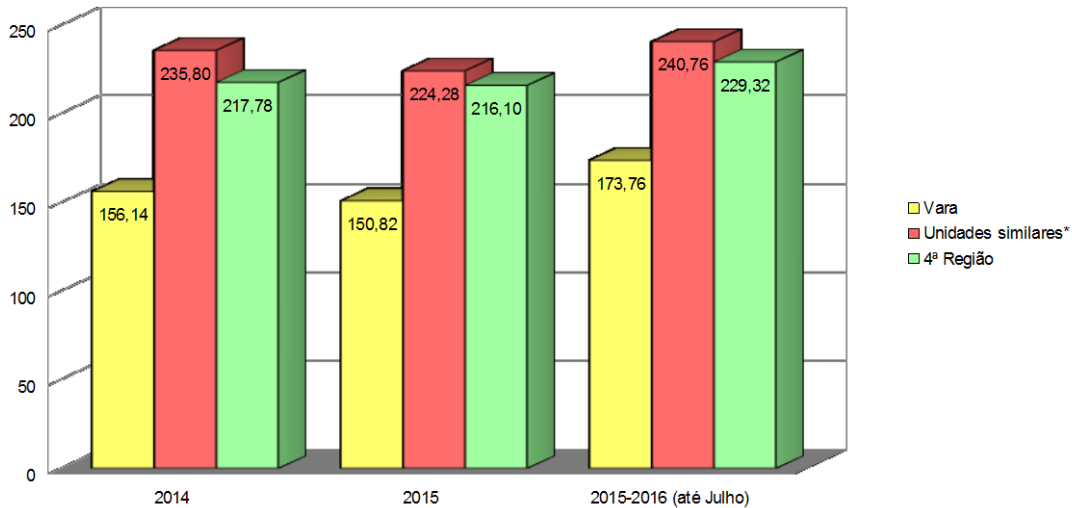
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 95,56 dias, o que equivale a uma elevação de 3,73% em relação à média do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio foi reduzido para 155,04 dias, ficando 4,32% menor que o de 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a julho, apontam uma tendência de elevação do prazo médio geral.

Constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 32,75% menor (73,46 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 30,21% menor (65,28 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados do período de janeiro a julho de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 27,83% mais curto (67 dias) que as demais Unidades Similares e 24,23% mais curto (55,56 dias) que o da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	446,46	372,09	-16,66%	317,41	-14,70%
	Média Ente público	2.395,19	933,31	-61,03%	337,58	-63,83%
	Média Geral	698,91	397,68	-43,10%	318,40	-19,93%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 446,46 dias, em 2014, para 372,09 dias, em 2015. De janeiro a julho de 2016, da mesma forma, a média diminuiu para 317,41 dias, prazo este 14,7% menor que o do período anterior.

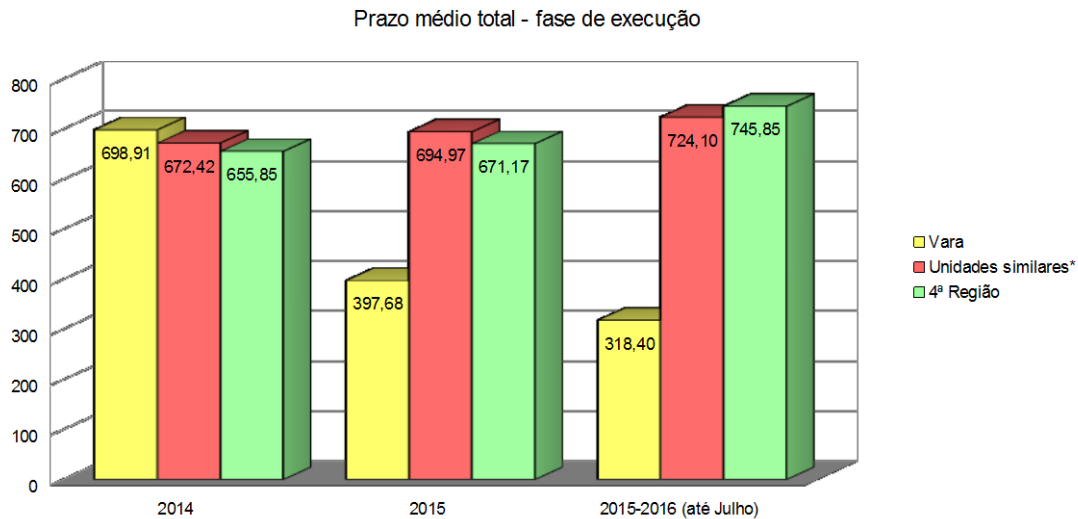
Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 2.395,19 dias, em 2014, para 933,31, em 2015. Outrossim, de janeiro a julho de 2016, o lapso de tramitação recuou para 337,58 dias, que equivale a uma redução 63,83% na comparação com 2015.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 11ª Vara Trabalho de Porto Alegre foi 42,78% menor (297,29 dias) que o das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 40,75% menor (273,49 dias) à média de toda a 4ª Região em 2015. Sinala-se que a Unidade apresentou, em 2015, desempenho bastante superior aquele verificado



em 2014, quando as médias processuais eram mais morosas que as das demais unidades de faixa de movimentação processual similar e de todo o TRT4.

Finalmente, verifica-se que de janeiro a julho de 2016, o prazo médio da Unidade foi 56,03% menor (405,7 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 57,31% menor (427,44 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.776	1.678	94,48%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
1.248	1.171	93,83%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.



META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
636	896	140,88%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
8	8	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	38	36
Estado do Rio Grande do Sul	44	31
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	34	4
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	10	5
União	145	40
OI S.A.	26	21
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	41	3
Caixa Econômica Federal - CEF	16	15
Banco do Brasil S.A.	7	7
Hospital Nossa Senhora da Conceição	51	21

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
---------------	---------------	---------------------	-----------



412	183	-55,58%	Meta cumprida
-----	-----	---------	---------------

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	300,62	301,25	297,62	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	648	358	503	599	509	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.07.2016	Solucionados até 31/07/2016	%	Resultado parcial (até 31.07)
1.103	660	59,84%	Indicativo de não cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.07	%	Resultado parcial (até 31.07)



1.258	1.196	95,07%	Meta já cumprida
-------	-------	---------------	-------------------------

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.07)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31.07)
Total de acordos	648	358	503	295	514	Indicativo de não cumprimento da meta
Média mensal de acordos	54	29,83	41,92	42,14	42,83	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.07)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31.07)
363	316	87,05%	Indicativo de não cumprimento da meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 31.07.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	36	47
União	40	0
Estado do Rio Grande do Sul	31	29
Caixa Econômica Federal - CEF	15	19
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	5	5
OI S.A.	21	18
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	33	32
Claro S.A.	23	34
Hospital Nossa Senhora da Conceição	21	36
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	11	17

Total em 2015	Total em 2016 (até 31.07)	Percentual atingido	Resultado
236	237	0,42%	Indicativo de não cumprimento da meta

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segundas a quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	6(I) 1(U) 3(P)	6(I) 1(U) 3(P)	6(I) 1(U) 3(P)	6(I) 1(U) 3(P)	
Tarde					

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 05.09.2016)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã					
Tarde	8(I) 1(U) 4(P)	8(I) 1(U) 4(P)	8(I) 1(U) 4(P)	8(I) 1(U) 4(P)	

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 05.09.2016)



Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário*
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo*
- P – Audiências de prosseguimento*
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias*
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução*

Todas as ações são incluídas em pauta. A triagem das iniciais é feita pelos secretários de audiência.

Quando há pedido de audiência de conciliação na fase de execução, o processo é encaminhado ao JACEP.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	06.10.2016	07.12.2016	06.10.2016	07.12.2016
Una Sumaríssimo	19.10.2016	25.01.2017	20.10.2016	26.01.2017
Instrução	28.11.2017	06.09.2017	05.09.2017	13.06.2017

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 05.09.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015- 2016
		Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	49,42	68,11	37,82%
Média Ordinário	57,26		76,12	32,95%	87,41	14,83%
Média Geral	56,42		75,33	33,52%	86,18	14,40%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio ampliado de 49,42 dias, em 2014, para 68,11 dias, em 2015 (aumento de 37,82). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 57,26 dias, em 2014, para 76,12 dias, em 2015 (elevação de 32,95%). Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a julho, apontam elevação de 10,34% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo e de 14,83% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior.



Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constatou-se que as audiências iniciais efetivamente disponíveis apresentam prazos médios inferiores aos apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015- 2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	25,38	28,67	12,95%	35,80	24,89%
	Média Ordinário	178,16	190,3	6,82%	214,71	12,83%
	Média Geral	159,7	173,53	8,66%	196,84	13,43%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo elevado de 25,38 dias, em 2014, para 28,67 dias, em 2015 (aumento de 12,95%). Também o rito ordinário registrou aumento da média de 178,16 dias, em 2014, para 190,3 dias, em 2015 (aumento de 6,82%).

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, as pautas de prosseguimento efetivamente disponíveis apresentam prazos médios superiores aos apontados pelo Sistema e-Gestão

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Bárbara Schönhofen Garcia	117	82	14	1	214
Edenir Barbosa Domingos	46	40	6	0	92
Giovani Martins de Oliveira	411	267	57	7	742
Gustavo Pusch	39	26	1	0	66
Rafael Moreira de Abreu	0	0	1	0	1
Roberto Antonio Carvalho Zonta	13	9	2	0	24
Rodrigo Machado Jahn	705	376	78	4	1.163
TOTAL	1.331	800	159	12	2.302

Juiz (a)	2016 (até 31.07)				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Eduardo Batista Vargas	0	1	0	3	4



Luís Henrique Bisso Tatsch	0	0	0	1	1
Rafaela Duarte Costa	421	282	58	1	762
Roberto Antonio Carvalho Zonta	504	228	55	2	789
Juiz não informado	0	1	0	0	1
TOTAL	925	512	113	7	1.557

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Ana Paula Kotlinsky Severino	-	6	0	6	-	6
Bárbara Fagundes	-	9	0	9	-	9
Bárbara Schönhofen Garcia	41	18	0	59	13	72
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	-	5	0	5	-	5
Diogo Souza	-	123	1	124	1	125
Edenir Barbosa Domingos	27	29	0	56	5	61
Giovani Martins de Oliveira	143	362	0	505	60	565
Gustavo Pusch	14	2	0	16	1	17
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	10	10
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	-	2	0	2	-	2
Rafael Moreira de Abreu	1	1	0	2	-	2
Roberto Antonio Carvalho Zonta	2	4	0	6	2	8
Rodrigo Machado Jahn	371	304	3	678	118	796
TOTAL	599	865	4	1.468	210	1.678



2016 (até 31.07)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conci- liações	Julgad os	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Bárbara Schönhofen Garcia	-	37	0	37	-	37
Carolina Toaldo Duarte Da Silva Firpo	-	14	0	14	-	14
Diogo Souza	-	1	0	1	-	1
Edenir Barbosa Domingos	-	1	0	1	-	1
Eduardo Batista Vargas	2	0	0	2	-	2
Giovani Martins De Oliveira	-	5	0	5	-	5
Gustavo Pusch	-	19	0	19	-	19
Rafaela Duarte Costa	138	29	0	167	45	212
Roberto Antonio Carvalho Zonta	154	110	0	264	68	332
Rodrigo Machado Jahn	-	34	0	34	-	34
Juiz não informado	1	2	0	3	-	3
TOTAL	295	252	0	547	113	660

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Carlos Ernesto Maranhão Busato	Impugnação à Sentença de Liquidação	05
Carlos Ernesto Maranhão Busato	Embargos à Execução	03
Cesar Zucatti Pritsch	Processos de Cognição	01
Edenir Barbosa Domingos	Processos de Cognição	01
Giovani Martins de Oliveira	Processos de Cognição	01
Giovani Martins de Oliveira	Embargos de Declaração	01
Rafaela Duarte da Costa	Processos de Cognição	145
Rafaela Duarte da Costa	Impugnação à Sentença de Liquidação	01
Rafaela Duarte da Costa	Embargos à Execução	02
Roberto Antônio Carvalho Zonta	Processos de Cognição	72



Roberto Antônio Carvalho Zonta	Impugnação à Sentença de Liquidação	02
Roberto Antônio Carvalho Zonta	Embargos à Execução	03
Total: 237		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 01.09.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 15.07.2016)

* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta em anexo ao final da presente ata de correição.

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

O mesmo servidor que faz a minuta dos despachos faz o cumprimento em, no máximo, 24 horas, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos.

Os processos em que o INSS deve ser notificado são levados diretamente no posto existente nas dependências da Justiça do Trabalho, duas vezes por semana.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPVs

Mandados, autorizações judiciais, precatórios e RPVs são expedidos, normalmente, em três dias. Na data da inspeção, estavam sendo expedidos os mandados determinados na semana anterior.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos assim que recebidas as guias; são considerados prioritários entre as demais tarefas.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Em média são protocoladas na unidade em torno de 55 a 70 petições por dia. Há três pessoas atuando exclusivamente no protocolo. No PJe o protocolo é despachado no dia seguinte. No dia da inspeção estavam sendo feitas as minutas de despacho do protocolo de 01.09.2016, nos processos eletrônicos, e de 31.08.2016, nos processos físicos.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da inspeção estava sendo certificado o prazo de 20.08.2016. Informou a Diretora que habitualmente o prazo é certificado em menos tempo, mas que está um pouco atrasado em razão da falta de servidores.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Há remessa de autos ao TRT uma vez por semana. Em períodos de férias dos servidores, pode demorar um pouco mais.

7.7 CONVÊNIOS



A unidade utiliza todos os convênios disponibilizados pelo TRT. A Diretora e sua assistente são as responsáveis pela consulta a maior parte dos convênios. O servidor que atua na execução faz a consulta ao BacenJud.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento de processos é feito mensalmente.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A unidade está realizando a primeira execução reunida, com apenas 2 processos. Está estudando uma possível reunião envolvendo 10 processos.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

Nos processos físicos, efetua a inscrição no BNDT após a consulta ao BacenJud e retira após a liberação dos alvarás.

Nos processos eletrônicos, segundo a Diretora, a unidade demora para realizar a inscrição dos devedores no BNDT em razão das dificuldades do sistema do PJe, que não sinaliza no processo a existência do registro em tal cadastro.

7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000777-62.2013.5.04.0011	13.06.2016
2	0192100-46.1982.5.04.0011	30.06.2016
3	0000085-97.2012.5.04.0011	26.07.2016
4	0000223-30.2013.5.04.0011	13.08.2016
5	0000066-62.2010.5.04.0011	19.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.09.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho por parte da Unidade Judiciária, sobretudo por meio da expedição de despachos e notificações, para a cobrança da restituição desses processos.

Segundo a Diretora, a cobrança de autos em carga é feita em torno de duas vezes ao mês, por notificações expedidas pelo sistema inFOR.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
--	----------	-------



1	0053700-07.2009.5.04.0011	12.08.2016
2	0043700-79.2008.5.04.0011	22.08.2016
3	0069700-29.2002.5.04.0011	22.08.2016
4	0001330-46.2012.5.04.0011	23.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.09.2016)

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Carga OJ	Processo	Prazo
1	011-00219/16	0015300-36.2000.5.04.0011	10.08.2016
2	011-00203/16	0136400-79.2005.5.04.0011	12.08.2016
3	011-00151/16	0000058-85.2010.5.04.0011	19.08.2016
4	011-00208/16	0110800-76.1993.5.04.0011	12.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.09.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correção à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 02.09.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **227 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000296-70.2011.5.04.0011 Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 763v não especifica o tipo de manifestação da parte (recurso ordinário), nem tampouco menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls.771v, 772, 772v e 773) que o acompanham (art. 101 da CPCr). Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 911v) (Art. 71 da CPCr). Movimentação Processual: nada a apontar.
2	Processo nº 0107500-52.2006.5.04.0011 Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.
3	Processo nº 0000067-42.2013.5.04.0011



Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 161v não especifica o tipo de petição apresentada (recurso ordinário), em afronta ao art. 101, parágrafo único, da CPCR.

Movimentação Processual: nada a apontar.

4

Processo nº 0000016-02.2011.5.04.0011

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar

Movimentação Processual: nada a apontar

5

Processo nº 0000112-51.2010.5.04.0011

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls.237v e 284v) (Art. 71 da CPCR).

Ausência do termo de juntada: ausência do termo de juntada quanto à petição do reclamante das fls. 352. (Art. 101 da CPCR).

Movimentação Processual: nada a apontar.

6

Processo nº 0084300-65.1996.5.04.0011

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: certificado nos autos a decurso das partes em 30-11-2015, os autos só foram conclusos ao magistrado em 18-2-2016, o que configura excessiva demora no impulso processual.

Expedido alvará ao reclamante, em 19-2-2016, a notificação para retirada do documento ocorreu apenas em 20-4-2016, o que configura excessiva demora no impulso processual.

7

Processo nº 0071800-10.2009.5.04.0011

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados às fl. 715 sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPCR).

Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 719v, 720v, 721v, 722v, 724v, 732v) (Art. 71 da CPCR).

Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados às fl. 753 sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPCR).

Movimentação Processual: citada a executada, em 3-6-2015, permanece o processo até o momento sem qualquer movimentação processual, seja com o fim de prosseguimento da execução, seja para obtenção de informações acerca do andamento dos pagamentos junto à Seção de Conciliação do TRT.

8

Processo nº 0001386-16.2011.5.04.0011

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: ausência do termo de juntada: ausência do termo de juntada quanto à petição do reclamante da fl. 429. (Art. 101 da CPCR).

Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados às fl. 453 sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPCR).

Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 472v e 473v) (Art. 71 da CPCR).



ausência do termo de juntada: ausência do termo de juntada quanto à petição da reclamada da fl. 474. (Art. 101 da CPCR).

Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados às fl. 482 sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPCR).

Movimentação Processual: solicitada a reserva de numerário junto à 13ª VT de Porto Alegre, em 4-3-2016, permanecem os autos sem qualquer pedido de informações sobre o cumprimento da requisição, o que configura excessiva demora no impulso processual.

9 **Processo nº 0187300-91.1990.5.04.0011**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 402v) (Art. 71 da CPCR).

Movimentação Processual: nada a apontar.

10 **Processo nº 0001320-65.2013.5.04.0011**

Fase: Conhecimento.

Aspectos Gerais dos autos: Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 4438v, 439, 452v) (Art. 71 da CPCR).

Movimentação Processual: nada a apontar.

* Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 02.09.2016.

Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:	
0000239-52.2011.5.04.0011	0113000-75.2001.5.04.0011
0103700-11.2009.5.04.0011	
Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0010000-49.2007.5.04.0011	0001175-09.2013.5.04.0011
Demora no impulso processual e/ou registro desatualizado – Processos Exemplos:	
0000149-10.2012.5.04.0011	0001146-90.2012.5.04.0011
0123200-68.2006.5.04.0011	0183800-51.1989.5.04.0011
0927400-13.1991.5.04.0011	0156700-82.1993.5.04.0011
Situação do processo em andamento interno – Processos Exemplos:	
0000665-64.2011.5.04.0011	0029400-83.2006.5.04.0011
Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo – Processos Exemplos:	
0000353-54.2012.5.04.0011	



Processo aguardando remessa ao TRT para julgamento do(s) recurso(s) – Processos Exemplos:	
0001489-86.2012.5.04.0011	
Processo aguardando informação de Carta Precatória por prazo superior a 45 dias – Processos Exemplos:	
0092900-60.2005.5.04.0011	0000924-88.2013.5.04.0011
0000970-14.2012.5.04.0011	0000327-90.2011.5.04.0011
0000555-94.2013.5.04.0011	

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, há liberação de depósito recursal somente a pedido da parte, após a homologação dos cálculos. A citação, contudo, ocorre pelo valor integral da dívida.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que primeiramente o sócio é citado e somente depois é feita consulta ao sistema BacenJud.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 23.09.2013.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 02.09.2016, ocasião em que o acervo processual da 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre contava com 2.558 processos na fase de conhecimento, 46 processos na fase de liquidação, 234 processos na fase de execução e 2.440 processos arquivados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	2
Processos com petições avulsas	1
Processos com habilitações nos autos não lidas	4
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	1
Processos com petições não apreciadas	52 0020489-33.2016.5.04.0011 Aguardando cumprimento de providência (30.08.2016)
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	6
Processos com audiências não designadas	12
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)	2

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	Conhecimento 2016 – mês 10 – 11 a 20	177	0020140-64;2015.5.04.0011	08.04.2016
Aguardando Término dos Prazos	Conhecimento	201	0020936-16.2015.5.04.0121	23.08.2016
Prazos vencidos	Conhecimento	2	0020777-15.2015.5.04.0011	30.08.2016
Análise do Conhecimento	Conhecimento Enildo	21	0020402-14.2015.5.04.0011	22.07.2016
Preparar Comunicação	Conhecimento Camila	12	0020936-21.2016.5.04.0011	23.08.2016
Triagem Inicial	Conhecimento J2	13	0021330-28.2016.5.04.0011	31.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência –Liq	Liquidação 2016 – mês 09 – 01 a 10	7	0020731-60.2014.5.04.0011	26.07.2016
Aguardando término dos prazos -Liq	Liquidação	27	0020591-26.2014.5.04.0011	02.08.2016
Análise de Liquidação	Liquidação Adriana	2	0020602-21.2015.5.04.0011	26.08.2016
Prazos vencidos	Liquidação	2	0021747-49.2014.5.04.0011	30.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência	Execução 2016 – mês 09 – 11 a 20	62	0020550-59.2014.5.04.0011	27.11.2015



Aguardando término dos prazos	Execução	83	21566-48.2015.5.04.0011	04.08.2016
Prazos Vencidos	Execução	4	0020308-37.2013.5.04.0011	30.08.2016
Preparar comunicação	Execução Assinatura Juiz Zonta	9	0020243-42.2013.5.04.0011	30.08.2016

1 Processo nº 0021649-64.2014.5.04.0011

Fase: Conhecimento

Movimentação Processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo em 25.01.2016 (ID 4bfa758) para manifestação da reclamada acerca da informação de descumprimento de acordo (ID 3288e50), foi proferido despacho, apenas, em 05.08.2016 (ID 75c868b) após as sucessivas renovações de pedido de prosseguimento do feito, realizadas em 10.02 e 05.08.2016 (IDs a1a5a4f e f766544) pela parte autora.

2 Processo nº 0021318-82.2014.5.04.0011

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual entre a devolução de carta precatória para penhora em 14.07.2016 (ID ccd52b9), com resultado negativo, e prática do ato executório subsequente em 19.08.2016 (ID a13161c) relativo ao registro de indisponibilidade de bens imóveis mediante o convênio CNIB.

3 Processo nº 0021297-72.2015.5.04.0011

Fase: Conhecimento

Movimentação processual: sentença proferida em 05.10.2015 (ID 68fb82c), homologando pedido de desistência com determinação de arquivamento após o prazo conferido para ciência das partes. Transcorrido o prazo das partes em 15.10.2015 (ID 60d52a5), não foi efetivado o referido arquivamento até 19.08.2016.

O processo permanece na pasta de tarefa “aguardando audiência” desde 27.10.2015. Todavia, não é verificada designação de data para audiência.

4 Processo nº 0021152-16.2015.5.04.0011

Fase: Conhecimento

Movimentação Processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo recursal em 26.07.2016 (ID 9465a7a), sem a interposição de recursos, não houve impulso processual quanto ao cumprimento da sentença proferida em 24.06.2016 (ID 2094fe4).

O processo permanece na pasta de tarefa “aguardando audiência” desde 27.07.2016. Todavia, não é verificada designação de data para audiência.

5 Processo nº 0020750-66.2014.5.04.0011

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual entre petição apresentada pela reclamante em 11.04.2016 (ID 1f60b15), requerendo a nomeação de perito contador, e despacho subsequente proferido em 24.05.2016 (ID 3656d86).



6 **Processo nº 0020348-82.2014.5.04.0011**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual entre notificação de distribuição de carta precatória para penhora recebida em 28.09.2015 (ID 89ad7c4) e realização de consulta ao Juízo deprecado acerca do cumprimento em 02.03.2016 (ID d18b848), com renovação em 16.06.2016 (ID 1f69b3a).

Processo na pasta de tarefa "Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - 2016 - mês 08 - 11 a 20" desde 14.07.2016.

7 **Processo nº 0021483-95.2015.5.04.0011**

Fase: Execução – Carta Precatória

Movimentação processual: demora no impulso processual – foi proferido despacho em 10.11.2015 (ID 3c8ddf3), deferindo prorrogação de prazo em benefício da reclamada para comprovar nos autos principais o pagamento dos valores devidos. Verificado o vencimento do prazo em 19.11.2015, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.

Processo na pasta de tarefa "Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - 2016 - mês 08 - 21 a 31" desde 27.11.2015.

O trabalho, no PJE, é dividido por carteira, à exceção da execução.

A triagem inicial dos processos é feita pelo Secretário de Audiências. As audiências são designadas em secretaria. Na data da correção, 05.09.2016, estava sendo despachado o protocolo do dia anterior e estava sendo certificado o prazo do dia 20.08.2016.

Constatou-se que há bom gerenciamento, verificação periódica das tarefas e movimentação processual satisfatória dos processos que tramitam no meio eletrônico. As pastas e subpastas criadas possibilitam boa organização e visualização das tarefas a serem executadas pela Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, não houve atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT 04 expedientes relativos à 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre durante o período correccionado: 03 no ano de 2015 e 01 neste ano de 2016, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	3805/2015	0000360-80.2011.5.04.0011



2015	4715/2015	0001073-89.2010.5.04.0011
2015	1699/2015	0001073-89.2010.5.04.0011
2016	3169/2016	0118500-98.1996.5.04.0011

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Em termos de movimentação processual, a unidade situa-se na faixa de 1.501 a 2.000 processos por ano. O acervo processual da unidade vem registrando aumento desde o ano de 2014, principalmente na fase de conhecimento. O prazo médio de tramitação do processo entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença, nos anos de 2014 e 2015, foi superior ao das unidades similares e ao de todo o TRT4. Por outro lado, na fase de execução, o prazo médio de tramitação diminuiu consideravelmente.

Na fase de conhecimento, constata-se que vêm aumentando o número de processos pendentes de solução: eram 1.079 processos em 31.12.2013 e 1.710 no final de julho de 2016. Também a fase de execução apresentou elevação de 21,27% no número de processos no estoque, no período. Destaca-se que o número de processos na fase de liquidação é pequeno se comparado às demais fases e apresentou redução de 30,08% no mesmo período.

Quanto à quantidade de acordos realizados na fase instrutória, o percentual de processos solucionados foi inferior ao das unidades similares e a de todo o TRT no ano de 2015, mas maior que eles entre janeiro e julho de 2016.

Importante destacar que os horários livres para as audiências de prosseguimento estão demasiadamente longos, situação verificada em praticamente todo o foro de Porto Alegre.

Nos processos que tramitam em meio eletrônico, constatou-se bom gerenciamento e controle das tarefas, resultando na adequada movimentação processual.

Na inspeção se pode verificar que as instalações da unidade são acanhadas frente à necessidade, como acontece em todas as unidades do Prédio I do Foro de Porto Alegre. Houve solicitação de reforma dos banheiros, que estão em péssimo estado, ou, pelo menos, a pintura dos azulejos, o que alegou a Diretora já ter requerido anteriormente a este TRT.

Segundo a Diretora, a unidade está com duas vagas em aberto mas, ordinariamente, não sofre com rotatividade de servidores. A adesão à greve foi parcial e tiveram o horário reduzido por Portaria. Conta com o auxílio de um estagiário e receberá, em breve, mais um. Em razão da perda de dois servidores que atuarão como segundo assistente de Juiz, alegou haver impossibilidade de manutenção da organização do trabalho nos mesmos moldes. Informou que será alterada a forma de condução da fase de liquidação: passarão a fazer liquidações com menos discussões, homologando a conta do perito sem dar vista às partes, e deixarão as impugnações serem resolvidas nos incidentes próprios da execução, na forma já adotada pela 9ª Vara do Trabalho.

A diretora destacou a qualidade da equipe: todos fazem muito bem suas atividades e necessitam de pouca supervisão.



Os dados coletados previamente à correição por meio dos sistemas eletrônicos disponíveis à Vice-Corregedoria revelam bom nível de organização da 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, situação que foi confirmada durante a inspeção.

A Unidade merece ser parabenizada pelos resultados obtidos, pelo comprometimento e condução do trabalho pela Diretora de Secretaria Adriana Kirsch Trojahn, pelo engajamento dos servidores e pelo empenho dos Juízes em exercício na unidade.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços com o intuito de baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos nesta fase processual, pois os dados parciais do corrente ano sinalizam o descumprimento da meta.

ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução, contado da realização da audiência inicial.



ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Atente a Secretaria para as seguintes:

- a) como forma de evitar a ocorrência das situações observadas nos processos 0021297-72.2015.5.04.0011 e 0021152-16.2015.5.04.0011, recomenda-se a realização de verificação periódica na pasta de tarefa “aguardando audiência” com a finalidade de identificar possíveis processos que não possuam audiência designada e permaneçam na referida pasta.
- b) recomenda-se a realização de consulta, por meio eletrônico ou por telefone, à Vara Deprecada quanto ao andamento de Carta Precatória sem movimentação por mais de 60 dias;
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, bem como aprecie, com brevidade, as petições protocoladas;

14 DETERMINAÇÕES

14.1. SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos descritos no **item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) observe que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual – Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados);
- b) observe a secretaria a específica solução dada aos incidentes processuais, conforme o resultado da apreciação judicial (Acolhidos/Não acolhidos/Acolhidos



em parte os Embargos de declaração; Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte);

c) dê solução específica aos incidentes processuais do tipo “antecipação de tutela” listados no Anexo 01, conforme o resultado da apreciação judicial (Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte));

d) dê a secretaria a específica solução aos embargos de declaração formulados no processo n. 0020614-35.2015.5.04.0011;

e) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos Embargos à execução opostos no processo n. 0001410-44.2011.5.04.0011.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.12.1 e 7.12.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam registrados no sistema informatizado as dilações de prazo deferidas.

ITEM 7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema INFOR)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.11.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam certificadas nos autos as diligências efetuadas, bem como registrado no sistema informatizado a dilação do prazo para cumprimento.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, especificando sempre a presença de documentos apresentados em conjunto com as petições protocoladas, inclusive os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR, evitando situações como as verificadas nos processos de nº 0000296-70.2011.5.04.0011; 0000067-42.2013.5.04.0011, 0000112-51.2010.5.04.0011, 0001386-16.2011.5.04.0011;



b) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR, para evitar situações como as constatadas nos processos de nº 0000296-70.2011.5.04.0011, 0000112-51.2010.5.04.0011; 071800-10.2009.5.04.0011, 0001386-16.2011.5.04.0011, 0187300-91.1990.5.04.0011; 0001320-65.2013.5.04.0011;

c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com brevidade, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC de 1973 e art. 228 do CPC de 2015, em especial, no que concerne a decisões que especifiquem a necessidade do cumprimento imediato

d) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 60 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos de nº 0084300-65.1996.5.04.0011, nº 0071800-10.2009.5.04.0011, 0001386-16.2011.5.04.0011

e) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCR. A numeração dos autos deve ser efetuada com clareza, de maneira legível, para evitar erros na sequência; para que não ocorram casos como os constatados nos processos de nº 0071800-10.2009.5.04.0011, 0001386-16.2011.5.04.0011, dentre outros.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **227** processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como os de n. **0000239-52.2011.5.04.0011**, **0103700-11.2009.5.04.0011** e **0113000-75.2001.5.04.0011**, dentre outros;

b) archive processos como os de n. **0010000-49.2007.5.04.0011** e **0001175-09.2013.5.04.0011**, dentre outros;

c) aprecie as petições pendentes de análise dos processos de nº **0000353-54.2012.5.04.0011**, dentre outros.

d) atualize os registros ou dê prosseguimento ao feito em processos como os de n. **0000149-10.2012.5.04.0011**, **0001146-90.2012.5.04.0011**, **0123200-68.2006.5.04.0011**; **0927400-13.1991.5.04.0011**; **0183800-51.1989.5.04.0011**; **0156700-82.1993.5.04.0011**, dentre outros;



f) devolva Cartas Precatórias, atualize seus registros ou dê andamento às devolvidas como nas de nº **0092900-60.2005.5.04.0011**, **0000970-14.2012.5.04.0011**, **0000924-88.2013.5.04.0011**, **0000327-90.2011.5.04.0011**, **0000555-94.2013.5.04.0011**; dentre outras;

g) efetue a remessa de autos ao TRT como dos processos de nº **0001489-86.2012.5.04.0011**, dentre outros;

h) atualize a situação, em andamento interno, dos processos n. **0000665-64.2011.5.04.0011** e **0029400-83.2006.5.04.0011**.

14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes Giovani Martins de Oliveira, Rafaela Duarte Costa e Antonio Carvalho Zonta, profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias da data da correição, listadas ao final deste relatório, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão.

Os Juízes Rafaela Duarte Costa e Antonio Carvalho Zonta deverão informar a essa Vice-Corregedoria, em dez dias, **caso permaneçam pendências quando do recebimento deste relatório**, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação.

O Juiz Giovani Martins de Oliveira deverá proferir sentença nos processos nº **0000847-79.2013.5.04.0011** e **0000433-81.2013.5.04.0011** com a maior brevidade possível.

Na data da publicação deste relatório, não remanescem as pendências apontadas no item 6.9 em relação aos Juízes Carlos Ernesto Maranhão Busatto, Cesar Zucatti Pritsch e Edenír Barbosa Domingos. Nada a determinar, portanto.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

Os Juízes Giovani Martins de Oliveira, Rafaela Duarte Costa e Antonio Carvalho Zonta deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.



16 PRESENÇAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Roberto Antonio Carvalho Zonta, com a Diretora de Secretaria Adriana Kirsch Trojahn e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 11ª Vara Trabalho de Porto Alegre, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Ninguém compareceu.

17 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Roberto Antonio Carvalho Zonta, pela Diretora de Secretaria Adriana Kirsch Trojahn e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional



ANEXO 01

LISTAGEM DE PROCESSOS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PENDENTE DE SOLUÇÃO

0020081-42.2016.5.04.0011
0020213-02.2016.5.04.0011
0020219-77.2014.5.04.0011
0020219-09.2016.5.04.0011
0020220-91.2016.5.04.0011
0020221-76.2016.5.04.0011
0020222-61.2016.5.04.0011
0020223-46.2016.5.04.0011
0020225-16.2016.5.04.0011
0020266-80.2016.5.04.0011
0020282-34.2016.5.04.0011
0020295-33.2016.5.04.0011
0020384-56.2016.5.04.0011
0020390-63.2016.5.04.0011
0020395-85.2016.5.04.0011
0020406-17.2016.5.04.0011
0020420-98.2016.5.04.0011
0020519-68.2016.5.04.0011
0020565-57.2016.5.04.0011
0020576-35.2015.5.04.0007
0020674-71.2016.5.04.0011
0020729-22.2016.5.04.0011
0020779-82.2015.5.04.0011
0020788-10.2016.5.04.0011
0020794-51.2015.5.04.0011
0020816-12.2015.5.04.0011
0020872-45.2015.5.04.0011
0020878-52.2015.5.04.0011
0020887-77.2016.5.04.0011
0020898-09.2016.5.04.0011
0020946-02.2015.5.04.0011
0020956-12.2016.5.04.0011
0020963-38.2015.5.04.0011
0020965-71.2016.5.04.0011
0020991-69.2016.5.04.0011
0021032-70.2015.5.04.0011
0021034-06.2016.5.04.0011
0021043-65.2016.5.04.0011
0021059-53.2015.5.04.0011
0021099-35.2015.5.04.0011



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0021132-25.2015.5.04.0011
0021177-29.2015.5.04.0011
0021197-83.2016.5.04.0011
0021201-23.2016.5.04.0011
0021232-43.2016.5.04.0011
0021233-28.2016.5.04.0011
0021252-34.2016.5.04.0011
0021260-45.2015.5.04.0011
0021261-93.2016.5.04.0011
0021262-78.2016.5.04.0011
0021278-66.2015.5.04.0011
0021297-72.2015.5.04.0011
0021306-97.2016.5.04.0011
0021313-89.2016.5.04.0011
0021315-93.2015.5.04.0011
0021321-66.2016.5.04.0011
0021342-76.2015.5.04.0011
0021414-63.2015.5.04.0011
0021415-48.2015.5.04.0011
0021466-59.2015.5.04.0011
0021518-55.2015.5.04.0011
0021524-62.2015.5.04.0011
0021544-53.2015.5.04.0011
0021561-89.2015.5.04.0011
0021754-07.2015.5.04.0011
0021764-51.2015.5.04.0011
0021794-86.2015.5.04.0011
0021818-17.2015.5.04.0011



ANEXO 02

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

Juiz Giovani Martins De Oliveira - Processo de Cognição (1 processo)

0000847-79.2013.5.04.0011

Juiz Giovani Martins De Oliveira - Embargos de declaração (1 processo)

0000433-81.2013.5.04.0011

Juiz Rafaela Duarte Costa Processos de Cognição: (145 processos)

0000280-93.2010.5.04.0030
0001549-93.2011.5.04.0011
0021799-45.2014.5.04.0011
0021788-16.2014.5.04.0011
0021755-26.2014.5.04.0011
0021782-09.2014.5.04.0011
0020420-35.2015.5.04.0011
0021760-48.2014.5.04.0011
0020455-92.2015.5.04.0011
0020711-35.2015.5.04.0011
0020963-72.2014.5.04.0011
0020020-21.2015.5.04.0011
0020688-89.2015.5.04.0011
0020271-39.2015.5.04.0011
0021813-29.2014.5.04.0011
0020007-22.2015.5.04.0011
0020591-89.2015.5.04.0011
0020322-50.2015.5.04.0011
0020252-33.2015.5.04.0011
0020236-79.2015.5.04.0011
0020751-17.2015.5.04.0011
0020428-12.2015.5.04.0011
0020433-34.2015.5.04.0011
0020424-72.2015.5.04.0011
0020818-79.2015.5.04.0011
0020436-86.2015.5.04.0011
0020297-37.2015.5.04.0011
0020047-04.2015.5.04.0011
0020298-22.2015.5.04.0011
0020013-29.2015.5.04.0011



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020588-37.2015.5.04.0011
0021730-13.2014.5.04.0011
0021728-43.2014.5.04.0011
0020026-28.2015.5.04.0011
0020885-44.2015.5.04.0011
0020941-77.2015.5.04.0011
0021380-25.2014.5.04.0011
0020095-60.2015.5.04.0011
0021653-04.2014.5.04.0011
0020576-35.2015.5.04.0007
0020281-83.2015.5.04.0011
0020270-54.2015.5.04.0011
0020973-82.2015.5.04.0011
0020290-45.2015.5.04.0011
0020274-91.2015.5.04.0011
0020188-23.2015.5.04.0011
0020068-77.2015.5.04.0011
0020308-66.2015.5.04.0011
0020700-40.2014.5.04.0011
0020076-54.2015.5.04.0011
0020061-85.2015.5.04.0011
0020301-45.2013.5.04.0011
0020062-70.2015.5.04.0011
0020098-15.2015.5.04.0011
0020193-45.2015.5.04.0011
0020453-25.2015.5.04.0011
0020066-10.2015.5.04.0011
0020104-22.2015.5.04.0011
0020229-87.2015.5.04.0011
0021349-05.2014.5.04.0011
0020883-74.2015.5.04.0011
0020173-54.2015.5.04.0011
0021507-60.2014.5.04.0011
0021565-63.2014.5.04.0011
0020198-67.2015.5.04.0011
0020178-76.2015.5.04.0011
0021122-78.2015.5.04.0011
0020164-92.2015.5.04.0011
0020333-79.2015.5.04.0011
0020334-64.2015.5.04.0011



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020203-89.2015.5.04.0011
0021094-13.2015.5.04.0011
0020226-35.2015.5.04.0011
0020214-21.2015.5.04.0011
0021516-22.2014.5.04.0011
0020246-26.2015.5.04.0011
0020469-76.2015.5.04.0011
0021774-32.2014.5.04.0011
0021858-96.2015.5.04.0011
0020708-80.2015.5.04.0011
0020029-46.2016.5.04.0011
0020055-78.2015.5.04.0011
0020654-17.2015.5.04.0011
0020452-40.2015.5.04.0011
0020378-83.2015.5.04.0011
0020440-26.2015.5.04.0011
0020394-37.2015.5.04.0011
0020759-91.2015.5.04.0011
0020492-22.2015.5.04.0011
0020414-28.2015.5.04.0011
0020092-71.2016.5.04.0011
0020211-03.2014.5.04.0011
0020632-56.2015.5.04.0011
0020523-42.2015.5.04.0011
0020551-10.2015.5.04.0011
0020520-87.2015.5.04.0011
0021342-76.2015.5.04.0011
0021151-31.2015.5.04.0011
0021640-68.2015.5.04.0011
0020595-29.2015.5.04.0011
0020500-96.2015.5.04.0011
0021243-09.2015.5.04.0011
0020482-75.2015.5.04.0011
0020669-83.2015.5.04.0011
0021731-95.2014.5.04.0011
0021352-23.2015.5.04.0011
0020673-23.2015.5.04.0011
0020599-66.2015.5.04.0011
0020038-09.2015.5.04.0022
0020412-58.2015.5.04.0011



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020202-70.2016.5.04.0011
0021337-54.2015.5.04.0011
0020767-68.2015.5.04.0011
0020700-06.2015.5.04.0011
0020663-76.2015.5.04.0011
0020660-24.2015.5.04.0011
0021534-09.2015.5.04.0011
0021159-08.2015.5.04.0011
0020300-55.2016.5.04.0011
0021298-91.2014.5.04.0011
0020787-59.2015.5.04.0011
0020685-37.2015.5.04.0011
0020679-30.2015.5.04.0011
0020285-86.2016.5.04.0011
0020979-26.2014.5.04.0011
0020705-28.2015.5.04.0011
0021540-50.2014.5.04.0011
0020084-31.2015.5.04.0011
0021117-56.2015.5.04.0011
0020706-13.2015.5.04.0011
0020644-70.2015.5.04.0011
0020714-87.2015.5.04.0011
0020712-20.2015.5.04.0011
0020157-64.2015.5.04.0023
0020716-57.2015.5.04.0011
0020502-66.2015.5.04.0011
0020729-22.2016.5.04.0011
0020882-89.2015.5.04.0011
0020386-26.2016.5.04.0011
0020852-54.2015.5.04.0011
0020940-58.2016.5.04.0011
0021428-47.2015.5.04.0011
0020765-98.2015.5.04.0011
0020778-97.2015.5.04.0011
0020763-31.2015.5.04.0011
0020920-04.2015.5.04.0011
0020800-58.2015.5.04.0011
0020416-61.2016.5.04.0011
0020979-89.2015.5.04.0011
0020650-77.2015.5.04.0011



Rafaela Duarte Costa - Impugnações à sentença de liquidação (1 processo)

0133600-25.1998.5.04.0011

Rafaela Duarte Costa - Embargos à execução (2 processos)

0031000-28.1995.5.04.0011

0133600-25.1998.5.04.0011

Roberto Antonio Carvalho Zonta - Processos de Cognição (72 processos)

0001232-61.2012.5.04.0011

0020596-14.2015.5.04.0011

0020799-73.2015.5.04.0011

0020152-44.2016.5.04.0011

0020158-85.2015.5.04.0011

0020171-50.2016.5.04.0011

0020146-71.2015.5.04.0011

0020590-07.2015.5.04.0011

0020674-08.2015.5.04.0011

0020750-32.2015.5.04.0011

0020789-29.2015.5.04.0011

0020739-03.2015.5.04.0011

0020534-71.2015.5.04.0011

0020825-71.2015.5.04.0011

0020766-83.2015.5.04.0011

0021743-12.2014.5.04.0011

0021080-29.2015.5.04.0011

0020821-34.2015.5.04.0011

0020406-51.2015.5.04.0011

0021093-28.2015.5.04.0011

0020842-10.2015.5.04.0011

0020851-69.2015.5.04.0011

0020849-02.2015.5.04.0011

0020176-09.2015.5.04.0011

0021116-71.2015.5.04.0011

0020850-84.2015.5.04.0011

0020861-16.2015.5.04.0011

0021133-10.2015.5.04.0011

0020859-46.2015.5.04.0011

0020863-83.2015.5.04.0011

0020102-18.2016.5.04.0011

0020007-15.2016.5.04.0002

0020309-17.2016.5.04.0011

0020317-91.2016.5.04.0011

0021143-54.2015.5.04.0011



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020036-72.2015.5.04.0011
0020367-54.2015.5.04.0011
0020218-58.2015.5.04.0011
0020372-76.2015.5.04.0011
0020380-53.2015.5.04.0011
0020518-83.2016.5.04.0011
0020611-46.2016.5.04.0011
0020384-90.2015.5.04.0011
0020580-60.2015.5.04.0011
0020649-58.2016.5.04.0011
0020419-50.2015.5.04.0011
0020403-96.2015.5.04.0011
0020148-41.2015.5.04.0011
0020083-12.2016.5.04.0011
0020289-23.2016.5.04.0012
0020391-82.2015.5.04.0011
0020225-50.2015.5.04.0011
0020392-67.2015.5.04.0011
0021145-24.2015.5.04.0011
0020525-12.2015.5.04.0011
0020919-19.2015.5.04.0011
0020917-49.2015.5.04.0011
0020816-12.2015.5.04.0011
0020202-07.2015.5.04.0011
0020460-80.2016.5.04.0011
0020160-21.2016.5.04.0011
0020275-42.2016.5.04.0011
0020422-05.2015.5.04.0011
0020929-63.2015.5.04.0011
0020918-34.2015.5.04.0011
0021194-65.2015.5.04.0011
0020936-55.2015.5.04.0011
0020904-50.2015.5.04.0011
0020980-74.2015.5.04.0011
0020948-69.2015.5.04.0011
0020954-76.2015.5.04.0011
0021231-92.2015.5.04.0011
0020078-24.2015.5.04.0011

Juiz Roberto Antonio Carvalho Zonta - Impugnações à sentença de liquidação (2 processos)

0096500-50.2009.5.04.0011
0000679-77.2013.5.04.0011



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Juiz Roberto Antonio Carvalho Zonta - Embargos à execução (3 processos)

0096500-50.2009.5.04.0011

0000071-79.2013.5.04.0011

0000679-77.2013.5.04.0011